



CAPÍTULO IX

*João Teixeira Lopes**

POLÍTICAS E PRÁTICAS CULTURAIS NO NORTE DE PORTUGAL

Neste capítulo daremos conta da evolução de alguns dos principais indicadores que permitem configurar cenários de práticas e políticas culturais quer na Região Norte, quer em Portugal, como um todo. As séries temporais têm, na maior parte dos casos, a duração respeitante à existência de categorias sistemáticas e fiáveis no aparelho estatístico nacional¹. Por outro lado, foi nossa intenção relacionar, sempre que possível, tendências fortes da oferta com regularidades intensas por parte da procura cultural. No nosso entender, o salto que se obtém na qualidade da análise é, desta forma, incomensurável. De igual modo, não rejeitamos as interpelações que vão surgindo aos processos de construção do território pela banda da cultura, quer, por exemplo, através de configurações que nos remetem para metamorfoses nos processos de urbanização, quer para as estruturas reticulares que se vão formando, não raras vezes ligadas a dinâmicas que remetem para o próprio quadro da globalização das sociedades e das economias.

Procederemos, sempre, de forma a poder comparar o território nacional com a Região Norte. De igual modo, procuraremos, quando os dados o permitirem, desagregar a informação até às NUTS III, cientes de que a vasta realidade daquela Região exige a ponderação de assimetrias internas assinaláveis.

Estamos certos, porém, de que, apesar da sua indesmentível autonomia (relativa) e dos seus efeitos próprios na estruturação do território, as estruturas simbólicas e culturais ganharão continuamente com uma análise relacional e integrada.

* Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ Em alguns casos a comparabilidade entre Região Norte e Portugal só é possível em determinados anos, por falta de desagregação dos dados à Região Norte. Utilizamos como principal fonte os dados do Instituto Nacional de Estatística, em particular no que se refere às *Estatísticas da Cultura Desporto e Recreio*, consideravelmente melhoradas nas últimas edições. Por vezes, referir-nos-emos ainda a informação produzida por trabalhos científicos, alguns inéditos.



1 Do lado da oferta

1.1. Perfil de despesas com a cultura e orientação das políticas culturais

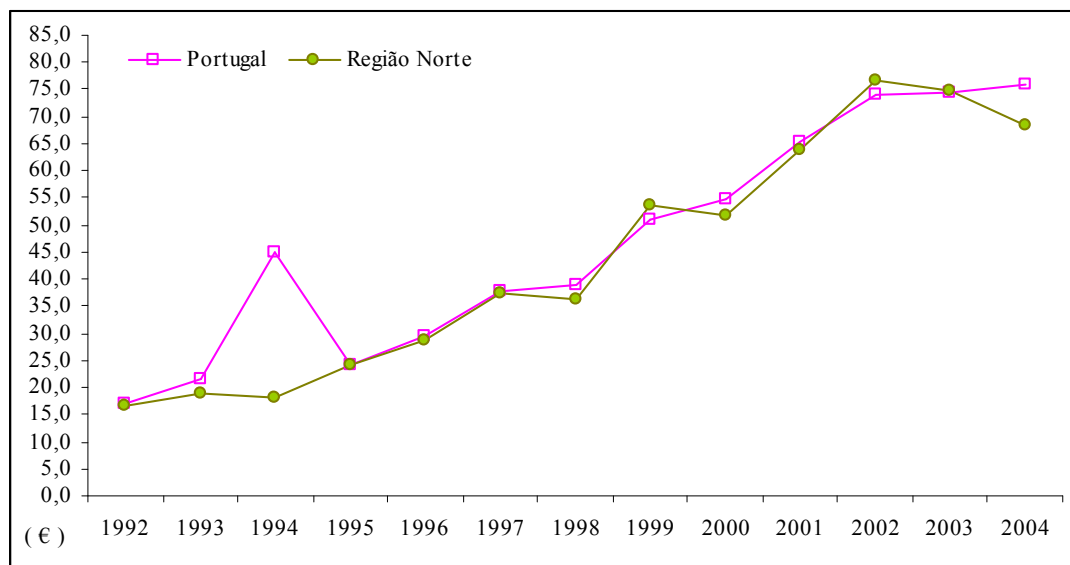
Se atentarmos à evolução das despesas *per capita* das Câmaras Municipais por rubrica cultural, desde logo verificamos um aumento contínuo, em termos nacionais, desde 1992, com excepção do ano de 1995². Este aumento encontra tradução semelhante na situação da Região Norte (apesar de algumas oscilações interanuais muito pouco significativas). De igual modo, importa realçar a grande proximidade entre os valores *per capita* desta Região e os números nacionais. A tendência que atravessa o espaço nacional – crescente aumento das despesas *per capita* em cultura por parte das autarquias no período em análise (1992 – 2003) repercute-se na Região Norte. Se, até 1996, as despesas por cultura *per capita* apenas neste último ano ultrapassaram a barreira dos 5 mil escudos, em 1999 o salto é para cima dos 10 mil escudos (53,6 euros) – um acréscimo muito significativo num curto espaço de tempo.

A crescente visibilidade dos fenómenos culturais, a superação da fase de «grau zero do desenvolvimento local» (assente em infraestruturas basilares e equipamentos) em direcção a preocupações e investimentos crescentemente simbólicos e imateriais (a que não será alheia a fabricação de *imagens de cidade*, por força das novas tendências do *marketing territorial*), a competitividade inter-regional e interurbana, a difusão de valores pós-materialistas e a disseminação, ainda que tardia, desigual e por vezes superficial, da nova economia (as *soft cities*, o design, a moda, o peso do consumo estético, enquanto elementos centrais do capitalismo avançado), a par de uma população mais escolarizada e qualificada, criam, do lado da oferta e da procura, condições para compreender a evolução referida. A mediação dos campos políticos locais, na sua intersecção com o campo económico e o campo cultural, modifica as agendas de prioridades e de intervenções.

² Quebra justificável por ser o ano subsequente a Lisboa, Capital Europeia da Cultura 1994. De facto, este grande evento e o enorme peso relativo das despesas em cultura por parte da autarquia de Lisboa inflacionaram o ano de 1994.



Gráfico 1
Despesas municipais com a cultura *per capita* na Região Norte e em Portugal



Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*.

No entanto, a referida tendência, ainda que muito vincada, tem traduções territoriais assaz diferenciadas no interior da Região Norte (Quadro 1):

- Alto Trás-os-Montes supera, desde 1998, os números nacionais e nortenhos das despesas *per capita* em cultura, o mesmo acontecendo com o Cavado (praticamente desde o início da série em análise, com pequenas oscilações), o Douro, o Grande Porto e o Minho Lima;
- Claramente abaixo ficam o Ave e, principalmente, Entre Douro e Vouga e Tâmega.

Não deixa de ser interessante realçar que, em comparação *per capita*, diluiu-se muitíssimo o peso dos valores absolutos gastos em cultura no Grande Porto. Claro que o maior esforço financeiro de outras regiões se pode porventura dever à consciencialização tardia de um défice agudo no sector da cultura e à tentativa de o colmatar.

Se atentarmos, agora, aos valores respeitantes à variação absoluta e relativa das despesas das câmaras municipais com a cultura, por rubrica, constatamos que todas as áreas apresentam variações positivas a nível nacional, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. No caso da Região Norte, contudo, no intervalo entre 1999-2003 verifica-se uma quebra absoluta e relativa em três domínios: artes cénicas (- 28,8%), música (- 1,6%) e outras actividades culturais (-4,6%).



Quadro 1
Despesas municipais com a cultura *per capita*, de 1992 a 2004 (euros)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Portugal	17,1	21,7	45,1	24,2	29,4	37,6	39,1	50,9	54,8	65,3	73,9	74,4	75,8
Região Norte	16,5	19,0	18,0	24,3	28,6	37,3	36,3	53,6	51,9	63,9	76,8	74,8	68,5
Alto Trás-os-Montes	19,0	21,1	15,2	18,6	29,8	31,3	47,2	60,8	61,1	71,2	87,2	126,2	117,5
Ave	13,9	17,5	11,3	12,2	16,2	25,9	27,4	28,4	34,6	68,9	105,1	67,0	60,7
Cávado	23,8	26,2	26,2	39,1	34,5	41,7	37,7	58,9	61,6	59,6	132,9	175,1	82,9
Douro	21,9	21,7	21,3	26,5	37,8	54,4	52,3	60,9	51,9	71,3	94,5	96,2	114,4
Entre Douro e Vouga	9,6	9,7	6,6	11,2	20,4	21,0	27,4	23,0	29,3	34,0	46,6	41,9	54,3
Grande Porto	13,7	15,8	17,6	26,4	31,9	41,2	38,0	76,0	64,9	74,9	62,1	55,4	60,8
Minho-Lima	29,8	34,6	38,3	48,6	40,9	58,4	43,3	57,2	54,2	60,8	70,6	63,3	65,4
Tâmega	13,5	17,3	15,1	16,6	21,9	29,1	29,4	29,7	37,7	47,7	51,1	47,2	54,3

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

No que respeita às áreas mais beneficiadas, importa distinguir entre os dois períodos considerados. Assim, entre 1992-98, a nível nacional, destacam-se o património cultural, as artes cénicas e as actividades sócio-culturais, todas com variações relativas superiores a 168%. Em termos absolutos, no entanto, é em «jogos e desportos» que se nota o maior incremento, logo seguido do património. Por outras palavras, os montantes globais, em valores absolutos, revelam uma orientação *tradicionalista* da política cultural local, mas as variações relativas indicam já uma diversificação da oferta, através do apoio à criação cultural.

Em relação à Região Norte, ainda no mesmo período, as maiores variações relativas incidem nos recintos culturais (+ 223,6%), logo seguido dos jogos e desportos (166,1 %) e artes cénicas (165,1%). Em termos absolutos sobressaem os jogos e desportos, logo seguidos pelas actividades sócio-culturais (geralmente iniciativas dispersas e pouco sistemáticas) e recintos culturais. Persiste, pois, apesar de alguma diversificação, a aposta nos tradicionais pólos desportivo e recreativo (com forte correspondência na estruturação do tecido associativo local) e nas infraestruturas culturais – uma espécie de *fontismo* à pequena escala: contam mais os espaços do que as programações e a própria criação e difusão culturais (apesar de muitos destes investimentos visarem colmatar défices reais de subinfraestruturação cultural).

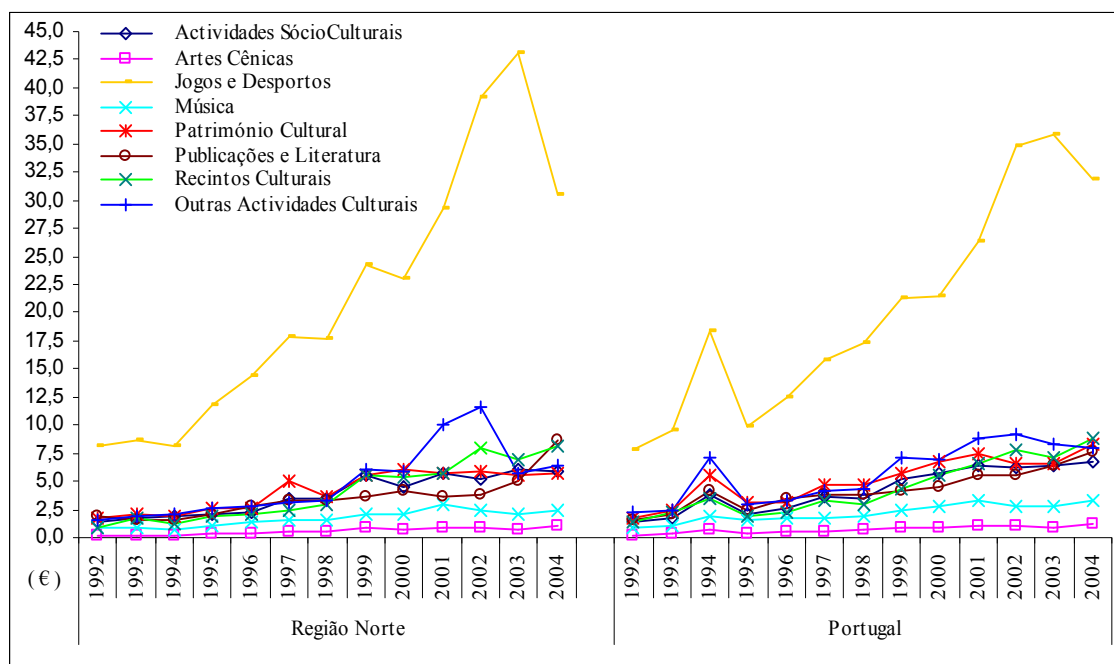
É este o perfil das sub-regiões do Ave (+ 1415,8% em recintos culturais), do Minho Lima (+ 730,1% também em recintos culturais) e, surpreendentemente, do Grande Porto (+ 277,2% em recintos culturais; + 237,2% em actividades sócio-culturais). Pelo contrário, Alto Trás-os-Montes, Cavado, Douro, Entre Douro e Vouga e Tâmega apresentam perfis de maior diversidade nos investimentos.

No segundo período temporal considerado (1999-2003), constata-se, a nível nacional, no que se refere às variações em termos relativos, uma continuação da visibilidade dos «jogos e desportos», seguidos ainda dos «recintos culturais» e das «publicações e literatura». Quanto à



Região Norte, as maiores variações relativas incidem igualmente nestas áreas. A emergência das «publicações e literatura» liga-se indissociavelmente ao forte incremento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas que abrange actualmente quase 4/5 dos municípios portugueses e cujos montantes de investimento se repartem entre fundos comunitários, orçamento de Estado e autarquias. De referir que o modelo predominante de biblioteca pública aponta, claramente, para um espaço multiusos, centro de recursos, de animação sócio-cultural e de acesso, para além do impresso, às novas tecnologias da informação e da comunicação.

Gráfico 2
Despesas com a cultura *per capita* por actividade na Região Norte e em Portugal



Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*.

Ao nível das sub-regiões, o panorama altera-se significativamente (Quadro A anexo):

- Em Alto Trás-os-Montes, a prioridade é agora o investimento em recintos culturais (com forte ligação à rede distrital de teatros municipais, alguns de grande dimensão como o de Bragança);

- No Ave, depois da aposta nos recintos culturais, cresce o investimento nos «jogos e desportos»;

- No Cavado, num panorama geral de decrescimento nas várias rubricas, constata-se uma extraordinária variação igualmente nos «jogos e desportos» (+ 778,4%);

- No Douro, nota-se uma forte concentração nos recintos culturais (+ 729,4%) e nas artes cênicas, com uma relativa rarefacção de investimento nas restantes áreas;



- Em Entre Douro e Vouga sobressaem os recintos culturais (+ 961,4%) e o património cultural (432,4%);- No Minho Lima, em contra mão, a maior variação é para «Publicações e Literatura»;

- No Tâmega, a aposta centra-se, para além das «Publicações e Literatura», no «Património Cultural»;

- Finalmente, no Grande Porto, todas as variações são negativas (fruto, porventura, do somatório do decréscimo do apoio do Estado Central - o peso da Cultura nos Orçamentos de Estado mantém-se estável ou diminuiu, de uma maneira geral, neste período -, bem como da «ressaca» pós Porto Capital Europeia da Cultura 2001 e de novos ciclos autárquicos em que a prioridade concedida à fileira cultural diminuiu) com excepção do património cultural e das «Publicações e Literatura».

Em suma, no período 1999-2003 constata-se um arrefecimento no investimento cultural local, bem como a continuação da aposta nos sectores tradicionais dos «Jogos e Desportos» e dos recintos culturais, a par do «núcleo-duro» da herança cultural: património, livros e literatura. Ao invés, desinveste-se ou investe-se pouco no apoio à criação cultural contemporânea.

Observemos agora o Quadro 2 (espécie de síntese do que se passa ao nível do Estado Central), portador de uma série mais longa (1986- 2004). Na verdade, deparamo-nos com alguns marcos significativos: 1989 marca o «salto», tanto em Portugal como na Região Norte, para valores *per capita* acima dos mil escudos. Em 1991, em ambos os territórios, supera-se a fasquia dos dois mil escudos. Logo a seguir, em 1992 a dos três mil escudos. Em 1995 o aumento ronda já os cinco mil escudos, valor ultrapassado logo no ano seguinte, com novo salto para próximo dos oito mil escudos já em 1997. Em 1999 os valores ultrapassam os dez mil escudos (51 euros em Portugal, 54 na Região Norte). No entanto, a partir de 2002 detecta-se, pela primeira vez, um movimento divergente: enquanto que, na Região Norte, os valores decrescem até 2004, em Portugal mantêm a sua progressão. Importaria aqui detectar a principal variável (ou conjunto de variáveis) explicativa.



Quadro 2
Financiamento público municipal per capita das actividades culturais por tipo de despesa
(escudos / euros) a)

Ano	Região Norte				Portugal b)			
	Total do Financiamento	Despesas Correntes		Despesas de Capital	Total do Financiamento	Despesas Correntes		Despesas de Capital
		Remunerações	Outras Despesas			Remunerações	Outras Despesas	
1986	458	101	164	192	469	123	189	157
1987	729	97	299	334	800	157	360	283
1988	827	85	321	421	979	162	398	419
1989	1.030	148	439	443	1.431	249	583	599
1990	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)
1991	2.292	341	799	1.151	2.618	458	864	1.296
1992	3.306	409	1.064	1.833	3.431	524	1.086	1.821
1993	3.799	571	1.273	1.956	4.341	733	1.326	2.282
1994	3.615	494	1.327	1.794	4.521	816	1.547	2.159
1995 d)	4.867	613	1.671	2.584	4.850	859	1.779	2.211
1996	5.727	641	2.016	3.070	5.891	986	2.135	2.770
1997	7.473	775	2.334	4.364	7.546	1.089	2.525	3.932
1998	7.274	869	2.641	3.764	7.830	1.214	2.789	3.827
1999	54	5	21	27	51	8	19	24
2000	52	7	19	26	55	9	20	26
2001	64	9	25	31	65	11	24	31
2002	77	11	22	44	74	12	23	39
2003	75	10	20	45	75	13	23	39
2004	69	14	22	33	76	14	24	37
2005	78	12	27	39	87	15	29	43

Notas:

a) Valores em escudos entre 1986 e 1998 e em euros a partir de 1999. Por questões de arredondamento, a soma das parcelas poderá não lograr correspondência com o valor total apresentado.

b) Os valores apresentados em 1986 são relativos a Portugal Continental.

c) Dado não disponível.

d) Os valores apresentados para Portugal contemplam, relativamente às autarquias de Lisboa e Portimão, dados referentes ao ano de 1994.

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*; INE, *Estatísticas Demográficas*.

De qualquer forma, repisando o anteriormente referido, o crescimento do financiamento público *per capita* na cultura é altamente relevante. Igualmente significativo é o facto de, na Região Norte, se olharmos para a estrutura do financiamento municipal, a partir de 1992, na maior parte dos anos, as despesas de capital superarem as despesas correntes, libertando, por isso, verbas para investimento que vão além da manutenção do *status quo* da gestão corrente.

1.2. Equipamentos: museus, bibliotecas e galerias

Se existe política cultural estruturada e estruturante nos últimos vinte anos³, essa orientação é, sem dúvida, a que implantou a rede de bibliotecas públicas, em boa medida inspirada nas grandes directrizes da UNESCO para este domínio. Trata-se, aliás, de um exemplo

³ Desde o X Governo Constitucional, com Teresa Patrício Gouveia como Secretária de Estado da Cultura.



que une a dinâmica da descentralização (com o objectivo de cada concelho possuir a sua biblioteca pública ligada à rede), com as melhores práticas internacionais. As bibliotecas públicas portuguesas já não são armazéns de livros sem acesso directo, fundos «mortos» e edifícios decrépitos, sem qualquer rasgo de inovação tecnológica⁴. Na verdade, assumem-se como autênticos centros de recursos multiusos, abertos à população, com edifícios funcionais e esteticamente cuidados, constituindo, em muitos concelhos, o pólo cultural por excelência (com actividades de animação, convites a escritores, debates, etc.) e com valências multimédia. Debatem-se, no entanto, com carências ao nível da formação dos técnicos e com restrições orçamentais que impedem uma mais rápida renovação dos fundos bibliográficos.

O crescimento do número de bibliotecas é notável, para além da própria rede. No período 1992-2003, em Portugal o aumento do número de bibliotecas é de 27,6%, o que significa mais 424 bibliotecas. Na Região Norte a variação é ainda mais positiva (+ 32,3%; + 127 novas bibliotecas), embora com dinâmicas internas muito diferenciadas:

- acima da média de crescimento: Alto Trás-os-Montes (+ 62,9%), Cavado (+ 46,7%), Ave (+ 45,5%) e Minho-Lima (+ 46,7%);

- abaixo da média: Douro (+ 26,8%), Entre Douro e Vouga (+ 19%), Tâmega (+15,9%) e Grande Porto (+25,2%).

As hipóteses explicativas devem ser cuidadosas. No caso do Grande Porto, por exemplo, a taxa de variação positiva abaixo da média deve-se, em boa medida, a um relativo melhor apetrechamento de partida. No caso das restantes sub-regiões, a dinâmica autárquica (fundamental no caso das bibliotecas públicas, que resultam de parceria entre o Governo e as edilidades), as taxas de escolarização e o grau de penetração da rede de ensino-aprendizagem podem fornecer pistas interessantes.

Quadro 3
Número de bibliotecas, de 1992 a 2003 a)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Portugal	1.536	1.598	1.600	1.614	1.621	1.647	1.664	1.917	1.911	1.912	1.917	1.960
Região Norte	393	419	417	413	424	435	430	501	510	514	508	520
Alto Trás-os-Montes	35	38	39	37	39	43	40	54	56	56	55	57
Ave	33	34	36	35	36	36	36	49	49	48	48	48
Cavado	30	33	32	33	32	34	37	38	45	44	44	44
Douro	41	44	47	48	48	50	49	53	54	51	53	52
Entre Douro e Vouga	21	24	23	22	23	24	22	24	25	26	25	25
Grande Porto	159	174	168	168	174	175	172	195	192	200	193	199
Minho-Lima	30	29	30	28	31	30	31	40	39	39	41	44
Tâmega	44	43	42	42	41	43	43	48	50	50	49	51

Nota: a) Inclui as bibliotecas de livre acesso que controlam, quer o tipo de documentos consultados, quer os utilizadores para consulta.

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

⁴ Para se ter uma ideia precisa do cenário anterior à implantação da rede, cf. Cabral (1999).



As bibliotecas que mais aumentam na Região Norte são, sem dúvida, as ligadas ao ensino superior (de 16 em 1992 para 111 em 2003), o que se explicará, em parte, pelo *boom* de instituições públicas e privadas (com início na década de 80 mas prolongamento até meados da década de 90), quer do ramo universitário, quer do ramo politécnico, ultrapassando mesmo as fronteiras do Grande Porto. Mas importa referir, igualmente, que as bibliotecas públicas mais do que duplicam no período considerado. Onde se verifica uma quase estagnação, diferentemente do quadro nacional, é no domínio das bibliotecas escolares, o que estará provavelmente associado a um duplo factor: lançamento tardio da rede de bibliotecas escolares (1997); disseminação ainda mais tardia desse programa na Região Norte (Rodrigues, 1998).

No que se refere aos museus, o aumento é bastante mais comedido, em particular no todo nacional (229 em 1988; 285 em 2005), o que se liga, necessariamente, aos «filtros» que as agências de consagração/legitimação exercem, nomeadamente quando assumem o monopólio da definição do que é ou não museu. Todavia, a concepção de património, de cultura, de museu e de colecção tem-se expandido consideravelmente. Basta pensar em dois exemplos extremos: nos eco-museus (em que pode ou não haver um edifício) ou nos museus virtuais, logo, desterritorializados (Semedo e Lopes, 2006)⁵

Na Região Norte o aumento é bem mais notável: de 49 museus em 1988 para 73 em 2005, o que porventura estará ligado a uma recuperação de um défice bastante enraizado. No entanto, como faz notar o Observatório das Actividades Culturais, através de um inquérito lançado aos museus (Santos e Neves, 2000), o interior da Região Norte apresenta-se mais debilitado. Em estudo mais recente, a mesma entidade refere, pelo contrário, que só o concelho do Porto supera a dezena de museus (Santos e Neves, 2005)⁶.

Entretanto, quer em Portugal, quer na Região Norte, prevalecem os museus de arte, seguidos, no território nacional, pelas categorias de etnografia, história e arqueologia. Na Região Norte a seriação coloca em segundo lugar os museus de arqueologia, seguidos dos de etnografia e, ex-aequo, de fotografia e história. Em ambos os casos, terrenos museológicos tradicionais. Importaria conhecer, aprofundadamente, a concepção vigente de museu, isto é, os dispositivos e discursos que estruturam as colecções, a relação com o território e com os públicos, a rede de parcerias, os modos de funcionamento, etc.

Finalmente, e quanto às galerias, todos os indicadores apontam para um acréscimo. Desde logo, no número de galerias: entre 1994 e 2005 passam, na Região Norte, de 61 para 205

⁵ A conflitualidade que existe a este respeito no campo cultural traduz-se nas nomenclaturas e na metaestatística. As lutas sociais são combates simbólicos, como Bourdieu tão bem demonstrou, e traduzem-se, amiúde, através da linguagem. A Unesco, por exemplo, considera Museus instituições que apresentam espécies vivas (jardins botânicos e zoológicos, aquários, viveiros, etc.), as reservas naturais e os centros científicos e planetários. As estatísticas nacionais excluem estas possibilidades (Santos e Neves, 2000, p. 169).

⁶ Em Portugal, apenas outros três concelhos superam a dezena de museus: Lisboa, Sintra e Coimbra.



e, em Portugal, de 292 para 773. Em ambos os territórios as galerias sem fins lucrativos ultrapassam largamente os espaços com vocação comercial. Estaremos a falar não só de equipamentos públicos mas, também, do chamado *terceiro sector*. Em termos de variação percentual, no período em análise, na Região Norte, as galerias comerciais aumentam 80% enquanto que os espaços sem fins lucrativos (onde se poderão incluir as cooperativas artísticas) crescem 238%. No que se refere ao território nacional, a mesma tendência, apesar de uma variação mais favorável no sector privado: as galerias comerciais registam uma variação de 122%, contra 176% dos espaços de exposição não mercantis. Se avançarmos ainda mais nos indicadores, nomeadamente através do levantamento das entidades promotoras das exposições⁷, chegamos à conclusão de que o grande dinamismo se encontra associado ao poder local. É este o sector da administração do Estado que mais organiza exposições em galerias, com um franco aumento no período entre 1994 e 2005: para a Região Norte o número de ocorrências passa de 162 em 1994 para 688 em 2005, enquanto que no território nacional o salto é de 491 para 2811. Seguem-se as entidades sem fins lucrativos e, em terceiro lugar, as que visam o lucro. A Administração Central aparece claramente atrás.

Trata-se, pois, de uma oferta descentralizada e fortemente enraizada nos equipamentos locais. Interessaria, aliás, conhecer o género e o tipo de espaços e galerias, bem como os conteúdos das exposições. Muitas autarquias, por exemplo, promovem exposições de trabalhos escolares ou de artistas amadores. As entidades com fins lucrativos, por seu lado, actuarão essencialmente no mercado das artes plásticas, embora este raramente funcione em “regime de mercado autónomo, sobretudo em determinadas condições de precariedade (fora dos espaços de grande centralidade, em conjunturas económicas desfavoráveis, etc.)”, verificando-se a tendência para uma orientação mista “em diversas modalidades que articulam mercado livre ou autónomo e mercado assistido” (Santos e Melo, 2001, p. 11).

Um último dado de interesse analítico: as exposições individuais são aproximadamente o dobro das colectivas, quer para a Região Norte, quer para Portugal, o que indicia o cariz arreigadamente carismático da figura de «autor», amador ou consagrado, bem como as lógicas ainda dominantes dos campos artísticos.

⁷ Sendo que uma exposição pode ser promovida por mais do que uma entidade.



2. Do lado da procura – uma aproximação aos públicos da cultura⁸

2.1. Espectáculos públicos

Se quisermos analisar o impacto duradouro de políticas culturais estruturadas, torna-se imperioso jamais desligar a oferta, em particular a de cariz institucional, das dinâmicas da procura.

Neste ponto, pretendemos, precisamente, traçar as linhas de evolução ao nível da procura para, em momento posterior, a relacionarmos com os constrangimentos e possibilidades da oferta, nas suas mútuas implicações e sobredeterminações.

Ao falarmos de procura, em termos estatísticos, lidamos, necessariamente, com o conceito de públicos de forma pouco rica e unidimensional. O volume de públicos e a sua distribuição por uma série de variáveis permite uma caracterização estrutural, imprescindível ao enquadramento das práticas culturais. Mas torna-se insuficiente se os objectivos forem, por exemplo, perceber os modos de relação com a cultura, em particular com as obras (no fundo, é tão necessário saber o que as políticas fazem à escala dos públicos, como apreender os sentidos que os públicos atribuem às obras e aos circuitos de produção e de difusão que sustentam essas políticas). Aí, ao abeirarmo-nos dos modos de recepção, torna-se necessário accionar todo um trabalho etnográfico dos públicos em acção em contextos, cenários e quadros determinados. Um público tem subjacente, como refere António Firmino da Costa (2004), um conjunto de relações com as instituições e os contextos de interacção. O estudo dessas relações requer ecletismo metodológico, na exploração da complementaridade entre abordagens quantitativas e qualitativas.

Feita a ressalva, observemos, então, as regularidades mais significativas da banda da procura. Consideraremos duas séries temporais distintas, uma vez que a mudança de nomenclaturas (até 1998 fala-se de «espectáculos públicos»; a partir daí insiste-se em «espectáculos ao vivo», com substanciais repercussões na realidade nomeada e assim medida) impede a continuidade.

Assim, na série 1988-98 é possível constatar que, na Região Norte, os espectadores por sessões diurnas dominam até 1993, ao contrário de Portugal, onde as sessões nocturnas sempre prevaleceram. Não deixa de ser estimulante esta constatação, uma vez que reflecte a tardia mas incisiva entrada em cena da «economia da noite» e da *ludificação* dos territórios, através de uma crescente disseminação das culturas urbanas e de todo o seu manancial de estilos de vida,

⁸ Chamamos-lhe aproximação porque, em rigor, estamos a analisar medidas de visitantes e de espectadores. Os públicos da cultura implicam um determinado modo de relação com os bens e as instituições culturais.

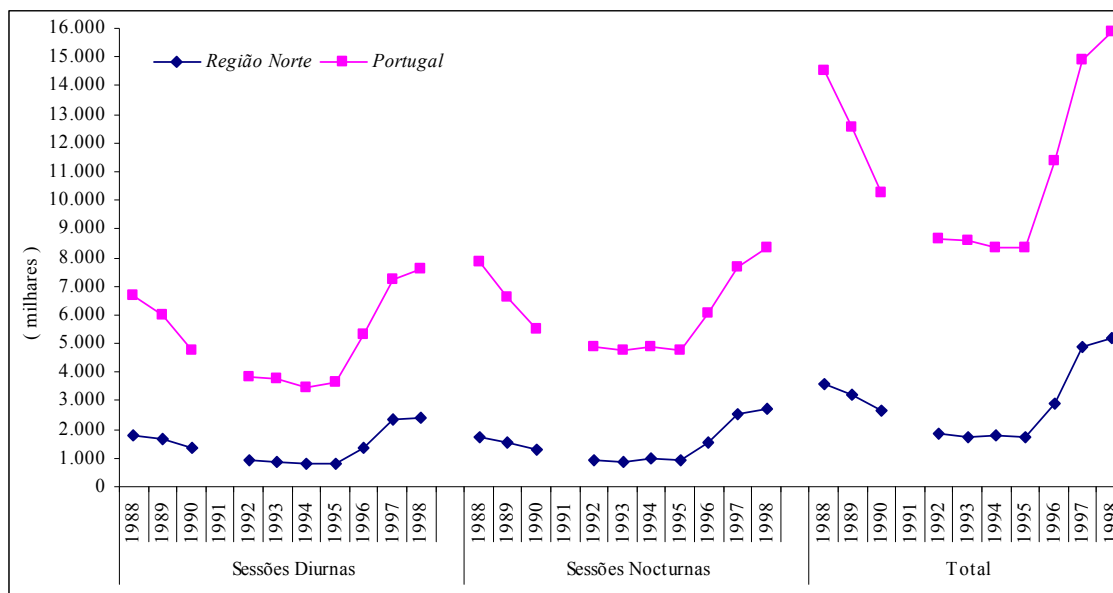


símbolos, modos de apresentação, disposições, apropriações estéticas do quotidiano e fruição em espaços públicos e semi-públicos, com uma notória metamorfose na imagem das cidades (emergência das *soft cities*), doravante mais centradas nos aspectos imateriais do desenvolvimento, dada a rápida articulação entre a mercantilização da cultura e a culturalização da economia.

No entanto, no que se refere ao total de espectadores, nota-se uma franca queda na Região Norte a partir de 1992, só recuperada a partir de 1997, ano em que se ultrapassam os valores de 1988, tendência que igualmente ocorre a nível nacional. Estes números fazem-nos pensar no potencial e hipotético efeito das reconfigurações urbanas e urbanóides de meados da década de 90, centradas no urbanismo de ficção e de fantasia, numa concepção reticular do ordenamento do território, estruturado por redes viárias e pelo acréscimo de mobilidade, bem patentes na multiplicação de parques temáticos e centros comerciais – dinâmica ligada às indústrias culturais, mas também a certos sectores altamente dinâmicos da cultura erudita (como as galerias), igualmente representada em figuras como os *bairros culturais*, não raras vezes associados, como no Porto, a processos mais ou menos potentes de gentrificação. A inversão da tendência, a partir de 1997, poderá igualmente relacionar-se com a consolidação de investimentos e prioridades nas políticas culturais. A este ponto voltaremos adiante.

Gráfico 3

Total de espectadores (espectáculos públicos) na Região Norte e em Portugal por tipo de sessões



Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*.

O movimento das sessões, no entanto, não acompanha o que anteriormente se referiu (apesar de ser um indicador menos fecundo e esclarecedor) a propósito da cidade-diversão,



enquanto cidade que coloniza cada vez mais espaços-tempos nocturnos: as diurnas ultrapassam largamente as nocturnas, com uma grande quebra até 1993 na Região Norte, recuperando a partir de 1994, enquanto que a nível nacional a recuperação é mais tardia, quer nas sessões diurnas (1995), quer nas nocturnas (1996). Ainda assim, na Região Norte, em 1998, as sessões nocturnas são mais do dobro do que as verificadas dez anos antes, enquanto que em Portugal, apesar de igual tendência, não existe tal aumento relativo. Digamos, pois, que a extensão nocturna dos consumos e das práticas culturais chegou tardiamente à Região Norte, embora a sua implantação se dissemine rapidamente.

No que concerne à relação espectadores por 1000 habitantes, ela é sempre inferior, na Região Norte, à média nacional, apesar de uma aproximação a partir de 1997. A ideia de um défice face ao panorama nacional não pode, por isso, ser obscurecido pelas mudanças registadas. Um défice, por assim dizer, em abrandamento, em particular se olharmos para a situação de décadas anteriores.

Analisando, por exemplo, o número de espectadores por sessão nota-se uma proximidade face à média nacional; superior, mesmo, em alguns anos, mas a partir de 1995 sempre inferior, acentuando-se a distância em 1997/8. No entanto, no que se refere aos lugares de espectáculos por mil habitantes a distribuição é sempre muito inferior à média nacional. Contra a noção de movimentos lineares, sobressaem ciclos, contradições, oscilações, nesse âmbito de *um distanciamento ou défice em abrandamento*.

Quanto aos lugares colocados à venda, o seu número é sempre superior em sessões diurnas (tanto na Região Norte como em Portugal), notando-se uma quebra nas sessões nocturnas, com recuperação a partir de 1997, se bem que, ainda assim, em 1998 não se consiga atingir o nível de 1988 em ambas as unidades territoriais. Volto a referir, contudo, que o indicador «espectadores por sessão» é o mais revelador. Os lugares colocados à venda mostram, acima de tudo, o nível de expectativas por parte das instituições, na sua tentativa de adequar a oferta à procura. Ao nível regional e no que se refere ao número total de lugares colocados à venda, nota-se, igualmente, uma quebra, mas em 1998 recuperam-se os valores de 1988, algo que não acontece a nível nacional. De novo, o abrandamento da distância.

Falando, agora, de lugares por recinto, é notória uma quebra contínua a partir de 1993 ao nível regional e a partir de 1995 no âmbito nacional, apesar dos números da Região Norte serem quase sempre muito inferiores face à situação nacional. Uma vez mais trata-se de adequar e ajustar as condições da oferta às da procura. Os grandes recintos manifestam-se claramente desadequados. Contudo, os equipamentos culturais recentemente inaugurados, a nível distrital e, por vezes mesmo, à escala concelhia, como os cine-teatros das redes do Ministério da Cultura, caracterizam-se, além da sua polivalência, por albergarem largas centenas de espectadores no



auditório principal...Ora, a partir de 1992, tanto a nível nacional como regional, predomina a ocupação dos recintos mais pequenos (até 300 lugares).

No que se refere ao preço dos bilhetes, eles são, na série temporal considerada, quase sempre mais caros a nível nacional. Claro que seria fundamental, neste ponto, considerar a percepção e as expectativas dos públicos quanto ao preço dos bilhetes, bem como analisar, de forma fina, a hierarquização subjectiva, porém socializada, das necessidades humanas e do lugar que a cultura ocupa nesse vasto conjunto. A existência de preços mais baixos, de acordo com um modelo de democratização cultural, constitui factor essencial para o acesso a classes e grupos sociais mais vastos. Contudo, as revisões críticas a este modelo (desde, pelo menos, *L'Amour de L' Art*, obra da co-autoria de Pierre Bourdieu) consideram-no factor relativamente secundário face às dimensões culturais e simbólicas, isto é, à face presença ou não de disposições para a descodificação das linguagens culturais. Qual o peso relativo, nas motivações que levam às práticas, desta variável?

As políticas culturais públicas, por seu lado, não assentam no retorno ou na contrapartida económica enquanto matriz de selecção dos apoios e investimentos. Ainda assim, corrobora o já referido aumento do volume de públicos (que não será potencialmente sinónimo de alargamento, como indicam vários estudos, quando muito indicador de fidelização dos habituais, isto é, do aumento da prática dos já cativados) a constatação de um forte aumento das receitas oriundas de espectáculos públicos, aumento tanto a nível regional como nacional, alterando-se, no entanto, a proporção – quase sempre as receitas regionais representavam 1/5 das nacionais até 1996. A partir de 1997 passam a representar 1/3 – outro sinal do *abrandamento da distância*.

2.2. Espectáculos ao vivo

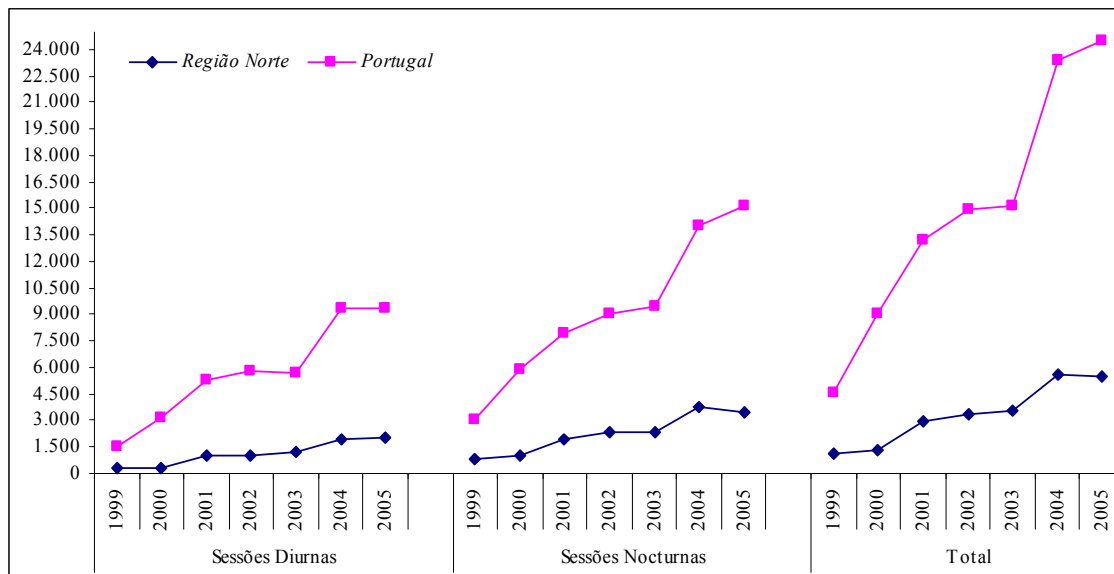
Ao passarmos, agora, para a análise de outra categoria estatística, a de espectáculos ao vivo, infelizmente não coincidente com a anterior, detemo-nos na série temporal 1999/2005.

Nesse período constata-se, na Região Norte, um contínuo aumento tanto nos espectadores em sessões diurnas (39 mil em 1999; 647 mil em 2005) como nocturnas (374 mil em 1999; 1 milhão 843 mil em 2005). Em 1999 os espectadores em sessões nocturnas eram quase dez vezes superiores aos espectadores em diurnas; em 2005 são quase três vezes superiores. As saídas culturais são cada vez mais noctívagas, apesar do *abrandamento da diferença*. Em Portugal verifica-se igual tendência: franco aumento dos espectadores, tanto em sessões diurnas como nocturnas, sendo que estes são sempre superiores, embora numa proporção diferenciada face ao que se passa na Região Norte – em 1999 eram quase cinco mais, em 2005 representavam o dobro. Estará esta questão igualmente relacionada, para além dos



aspectos anteriormente mencionados, ligados à construção social da noite em contextos pós-industriais, com uma concentração nocturna da oferta, tendo em conta, por exemplo, a juvenildade dos públicos, amplamente confirmada pelos mais diversos estudos? Por outro lado, ao incluir-se a disponibilidade da condição juvenil, não se excluíam outros grupos etários?

Gráfico 4
Número de espectadores (espectáculo ao vivo) na Região Norte e em Portugal de acordo com o tipo de sessão



Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*.

No âmbito geral, nota-se um recente mas muito significativo aumento das sessões em 2004, tanto na Região Norte como em Portugal, apesar de uma ligeira quebra em 2005, embora mantendo os níveis do «salto quantitativo» do ano anterior. Mais adiante tentaremos perceber quais são os «espectáculos-locomotiva», isto é, as fileiras e géneros culturais que «puxam» estes números.

Entretanto, torna-se extremamente curioso atentar na estrutura dos bilhetes disponíveis. De facto, os bilhetes vendidos são sempre inferiores, na Região Norte, aos oferecidos. Em Portugal, com excepção de 2005, acontece precisamente o contrário. Ora, retomamos aqui a questão do capital económico e da sua relação com a frequência e a intensidade das práticas culturais. Estará o aumento dos espectadores, nomeadamente na Região Norte, associado a esta gratuitidade mais ou menos «forçada»? Ou, por outro lado, o facto de, a nível nacional, a venda de bilhetes ser superior à oferta revela uma procura cultural mais consolidada? Ou ambas as coisas?

A nível nacional as receitas são, em consequência, sempre crescentes, desde 2001. Na Região Norte verificam-se grandes oscilações – aumentos significativos em 2001, 2002 e



principalmente em 2005, mas ausência de uma tendência nítida. O que, refira-se, não deixa de ter efeitos ao nível da legitimação dos apoios à cultura, particularmente quando se mitiga o seu cariz de serviço público e se enfatiza o mercado e as suas leis.

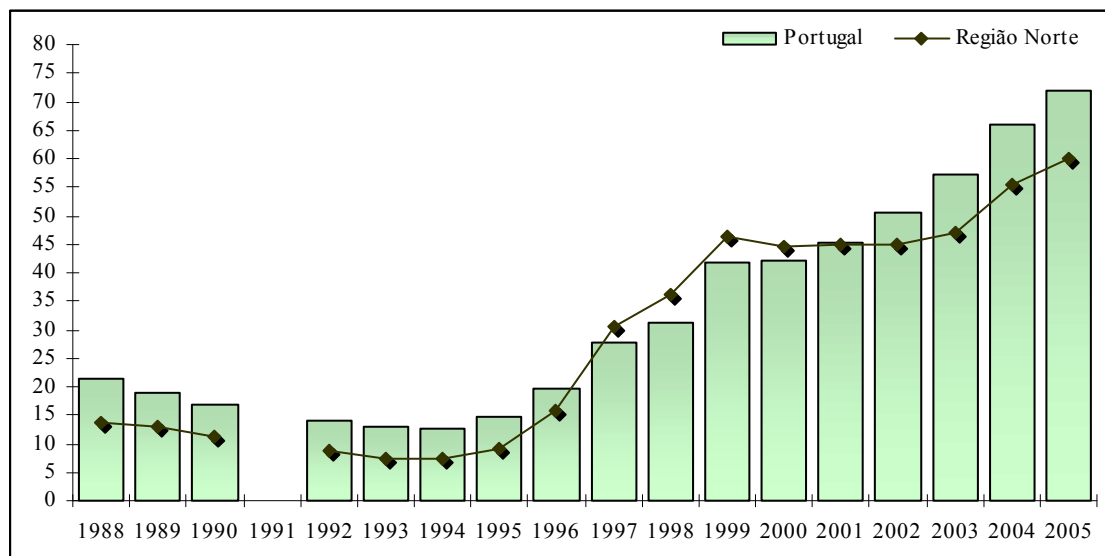
2.3. Cinema: a grande locomotiva

O cinema é a grande locomotiva do aumento de públicos na cultura de saídas. Tal tendência não pode ser dissociada, aliás, da própria opção do Instituto Nacional de Estatística em autonomizar os dados referentes a este domínio. Os estudos de cariz sociológico sobre as práticas culturais mostram bem como a ida ao cinema se destaca no âmbito de uma rarefacção generalizada da *cultura de saídas*: em 1989, um inquérito na Área Metropolitana do Porto, em 1989, registava que apenas 38,3% da população frequentava o cinema (Silva e Santos, 1995). Em 1994, no inquérito às práticas culturais dos lisboetas, ir ao cinema era declarado como prática regular por 19,7% e como prática ocasional por 18,7% dos lisboetas (Pais [et al.], 1994). Entretanto, em 1995, um estudo de âmbito nacional (Freitas [et al.], 1998) mostrava que ir ao cinema pelo menos uma vez por mês apenas abrangia pouco mais de 18% da população, o que prova bem, por comparação entre esta média nacional e as frequências detectadas em Lisboa e Porto, a forte concentração urbana desta prática. Estudo mais recente, realizado em cinco cidades portuguesas – Aveiro, Braga, Coimbra, Guimarães e Porto (Fortuna e Silva, 2002) – em 1997, mostrava valores de frequência pelo menos mensal entre os 17,8% de Guimarães e os 28% de Braga. Numa categoria social específica, uma pesquisa mais recente, de 2001 (Fernandes, 2001), mostra uma tendência completamente *a contrario* do que anteriormente referimos. De facto, os estudantes do ensino superior que estudam no Porto frequentam massivamente o cinema (93,6%), pelo menos «com alguma regularidade». É verdade que a especificidade da condição juvenil universitária, na sua íntima ligação a um período de moratória que induz disponibilidade, bem como a um projecto de aquisição de capital escolar e cultural, em muito inflaciona esta prática. Mas os dados do INE dão-nos igualmente conta de uma viragem relativamente brusca, em meados da década de 90.

Se atentarmos no número de espectadores de cinema *per capita* notamos uma inversão, a partir de 1995, da longa queda iniciada nos anos oitenta, tanto na Região Norte como em Portugal. Essa inversão assenta numa subida da frequência *per capita* até ao início do novo século, estabilizando, então, em patamares muito superiores.



Gráfico 5
Número de sessões de cinema por mil habitantes na Região Norte e em Portugal



Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*.

Também a partir de 1995 as sessões nocturnas superam as diurnas, indiciando um novo *modo de relação com o cinema*. Da mesma forma, o número de écrans regista aumento contínuo desde 1999 até 2005. Iguamente consistentes com esta nítida tendência está o aumento de lotação das salas, do número de recintos, o acréscimo de lugares por 1000 habitantes e a subida do número de sessões, a partir de 1995-96, com tradução directa num substancial aumento das receitas (sendo que a Região Norte representa, em 2005, cerca de $\frac{1}{4}$ das receitas a nível nacional). Para compreender tão súbita e intensa modificação, num cenário geral de domesticidade e sedentarização cultural, importa referir dois indicadores: por um lado, o número de lugares por écran começa a descer a partir de 1999 (628 lugares, próprios dos grandes e antigos cineteatros) até 2005 (pouco mais de duas centenas, tanto na Região Norte como em Portugal). Por outro lado, o tipo de recintos vai-se alterando. Em 2004 as salas multiplex, dos centros comerciais, superam os recintos tradicionais. É todo um modelo histórico que se altera e que se associa a profundas modificações nos padrões de urbanização e no perfil de consumos culturais.

De facto, estes dados reenviam-nos para processos de metropolização e conurbação que modificam profundamente os processos de estruturação dos territórios. As grandes cidades e os seus centros históricos, bem como os espaços públicos «tradicionais» (rua, praça, alameda...) perdem cada vez mais centralidade, apesar dos recorrentes projectos de «regeneração», «requalificação» e «gentrificação». As dinâmicas sociais e culturais bem como a localização dos grandes equipamentos de lazer obedecem crescentemente à lógica da compressão do espaço-

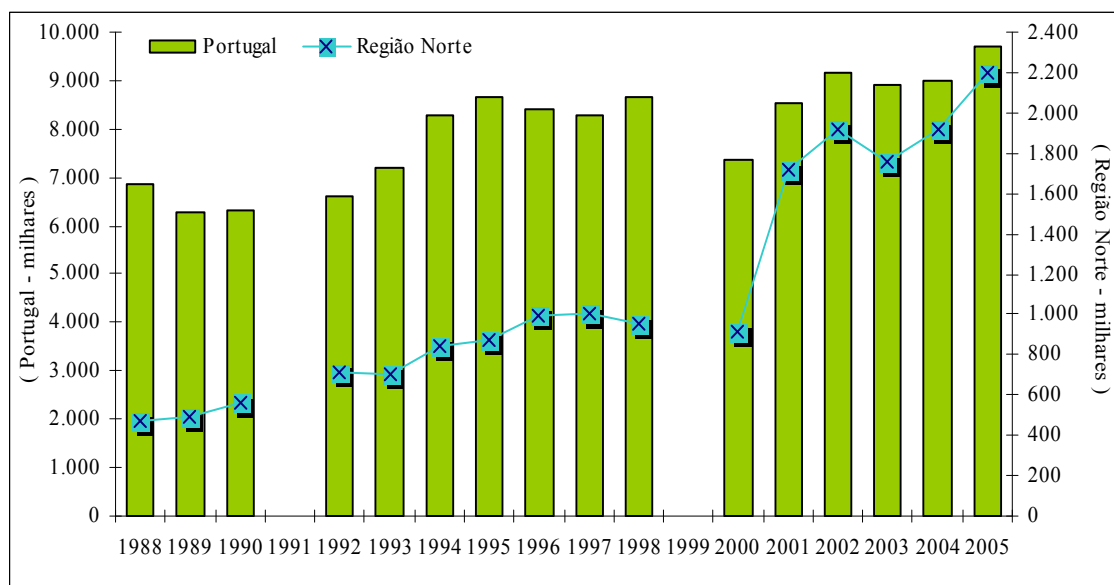


tempo na organização reticular das grandes áreas metropolitanas ou das conglomerações de cidades, traduzindo-se na preferência por “novos locais distinguidos pela alta acessibilidade e pela facilidade de estacionamento” (Domingues, 2006, p. 21). De igual modo, o investimento público e privado procura “novas lógicas de localização onde os critérios custo/benefício (preço do solo, acessibilidade às novas vias, menor congestionamento, etc.) são mais favoráveis”. Oferta e procura articulam-se...

2.4. A frequência das *fine arts*: públicos de museus e galerias

As noções cada vez mais extensivas de cultura e de património tendem a reflectir-se numa panóplia de práticas de museologização. Daí, em parte, o facto de os museus disputarem uma fatia considerável dos públicos da cultura. Basta, na verdade, atentar no gráfico seguinte:

Gráfico 6
Número de visitantes de museus na Região Norte e em Portugal



Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*.

Neste domínio, o aumento da Região Norte é extraordinariamente expressivo: de apenas 473.206 visitantes em 1988 para mais de dois milhões em 2005. Em contrapartida, o aumento a nível nacional é bastante mais modesto e deve-se, em grande parte, ao grande salto verificado na Região Norte. Atentemos na proporção: em 1988 Portugal tinha 15 vezes mais visitantes do que a Região Norte; em 2005, todavia, a diferença para apenas quatro vezes mais. Neste caso, visitantes de museus, é possível mesmo falar de uma superação do défice cultural.



Se analisarmos o breve período (1996 – 2003⁹) em que é possível obtermos dados para as NUTS III, notamos que Alto Trás-os-Montes e Ave perdem um considerável número de visitantes, o Douro também diminui, enquanto que Cavado, Tâmega e Minho Lima beneficiam de um ligeiro aumento. Entre Douro e Vouga estabiliza. Pelo contrário, o Grande Porto triplica, neste breve espaço temporal, o número de visitantes. A este efeito de centralidade não é alheio o peso que o património tem ao moldar a imagem de cidade, nem, tão-pouco, a associação que existe entre os museus e o turismo cultural. Por outro lado, o museu-espectáculo, com as suas múltiplas funções (lojas, departamento educativo, espaço multimédia, restaurantes, etc.) contribui não só para atrair públicos como para um relativo alargamento na base social do seu recrutamento. Assistir-se-á, assim, a uma hipotética modificação dos modos de relação dos públicos com os museus, enquadrados em universos de práticas culturais mais ecléticos e conviviais, porventura tendencialmente dessacralizados e desritualizados face a padrões de um elitismo tradicional.

Quadro 4
Indicadores gerais dos museus, de 1996 a 1998 e 2000 a 2003 a) b)

		1996	1997	1998	2000	2001	2002	2003
Portugal	Museus	309	323	321	201	234	246	260
	Visitantes	8.395.333	8.285.844	8.645.467	7.367.576	8.556.042	9.162.811	8.921.901
Região Norte	Museus	61	70	69	46	57	67	68
	Visitantes	991.410	1.002.300	951.457	910.720	1.719.470	1.915.169	1.752.353
Alto Trás-os-Montes	Museus	7	8	8	4	7	8	8
	Visitantes	116.129	107.558	98.203	43.513	33.016	38.812	40.707
Ave	Museus	10	10	10	4	5	7	6
	Visitantes	246.044	250.697	217.823	204.095	178.083	222.296	195.015
Cávado	Museus	8	9	10	7	5	8	8
	Visitantes	60.601	53.943	52.597	113.009	118.125	200.189	177.177
Douro	Museus	4	4	4	3	4	3	6
	Visitantes	55.410	52.168	55.471	c)	c)	24.618	28.327
Entre Douro e Vouga	Museus	3	2	3	2	2	4	3
	Visitantes	29.016	29.269	31.816	c)	c)	25.876	25.423
Grande Porto	Museus	20	26	24	20	27	29	28
	Visitantes	432.240	463.613	447.632	457.532	1.279.603	1.334.373	1.214.713
Minho-Lima	Museus	4	5	5	3	4	3	4
	Visitantes	17.741	14.869	16.830	25.101	33.058	28.064	30.349
Tâmega	Museus	5	6	5	3	3	5	5
	Visitantes	34.229	30.183	31.085	23.556	31.431	40.941	40.642

Notas:

a) Não existem dados disponíveis para o ano de 1999.

b) O número de visitantes diz respeito unicamente aos museus que responderam ao inquérito, o qual não corresponde ao número total apresentado.

c) Dado não disponível.

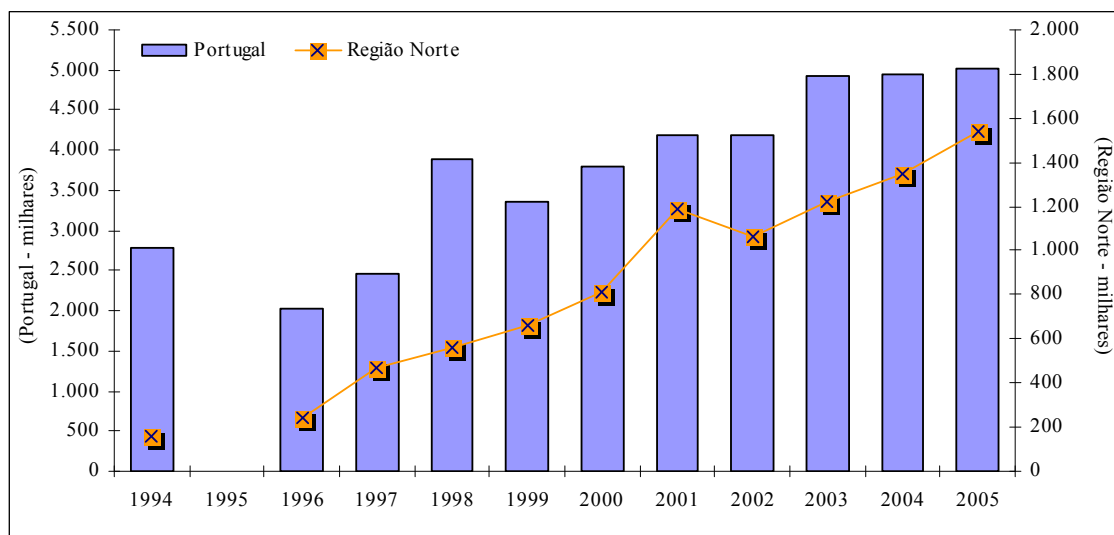
Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.

⁹ Com interrupção em 1999, ano em que não possuímos dados.



No que se refere aos visitantes das galerias o acréscimo é muito mais intenso na Região Norte. De facto, em 1994 registaram-se apenas 162.333 indivíduos, ao passo que em 2005 o valor é de 1.542.011. Em Portugal, pelo contrário, não há um «salto», mas sim uma progressão.

Gráfico 7
Número de visitantes de galerias na Região Norte e em Portugal



Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*.

Repare-se que, em 1994, os visitantes das galerias, considerando o território nacional, representavam uma proporção dezassete vezes superior à Região Norte. No ponto de chegada desta série temporal, 2005, a diferença é de somente três vezes mais. Tal como nos visitantes de museus, a Região Norte não só apresenta um dinamismo superior à média nacional como é, ela própria, protagonista do crescimento de públicos a nível nacional. Tal dever-se-á, a título de hipótese explicativa, quer à atracção dos mercados da arte, quer, como já referimos aquando da análise da estrutura da oferta neste sector, à vitalidade organizativa dos sectores não lucrativos, em particular o poder local.

2.5. O mundo do livro e do impresso

As estatísticas disponíveis não nos fornecem dados sobre a evolução do número de leitores nem, tão-pouco, sobre o grau de fidelidade e frequência das práticas de leitura. Contudo, ao analisarmos a série temporal respeitante aos géneros de publicações ficaremos com uma ideia aproximada dos públicos potenciais.



Desde logo, importa destacar a grande variedade de géneros, o que pressupõe um certo eclectismo nas práticas de leitura e mesmo uma tendência para uma relativa desmassificação na busca de novos mercados ancorados na diversidade de gostos, alguns assaz especializados.

De facto, tanto em Portugal como na Região Norte o número de publicações mais do que duplica no período considerado (1993 - 2002). No entanto, para alguns géneros o acréscimo é quase residual: publicações sindicais, desportivas e infanto-juvenis. O grande salto verifica-se nas publicações de índole profissional, religiosa, publicitária e académica/científica. A tendência é idêntica para os dois territórios em análise.

Algumas pistas explicativas poderão ser esboçadas: pujança do marketing na “nova economia” (o que explicaria o franco aumento das publicações publicitárias, nomeadamente catálogos), mas também uma forte concentração dos media desportivos, o que leva a uma quase estagnação do impresso nesta área. Por outro lado, a pericialidade e a reflexividade associadas a certas profissões emergentes, que requerem uma forte adesão à sociedade da informação (patentes nas necessidades e aspirações de reciclagem e aquisição de novos conteúdos) poderão explicar o crescimento neste campo. No que se refere às publicações de cariz religioso, igualmente em nítido aumento, importa identificar a tendência para a pluralidade normativa associada à diversificação de religiões e confissões, para além da católica (Vilaça, 2006). Finalmente, o aumento das instituições de ensino superior, já anteriormente mencionado, e a consolidação das comunidades científicas, a par de uma exigência posta na divulgação científica e no alargamento dos públicos da ciência, estarão porventura relacionados com o acréscimo nas publicações académicas e científicas.

Entrando agora nos mundos do livro, notamos uma muito menor pujança no que respeita à diversificação da actividade editorial. Com efeito, entre 1998 e 2004, apesar de se verificar um aumento, ele não é tão expressivo, quer no que respeita à Região Norte (de 30 para 47 empresas), quer no que concerne a Portugal (de 232 para 295). No entanto, um outro indicador – pessoal ao serviço – denota maior dinamismo no caso da Região Norte. De facto, enquanto que em Portugal há um decréscimo (de 3.428 trabalhadores para 3056), na Região Norte verifica-se um franco aumento (de 394 para 753). A esta evolução não será certamente alheia a instalação na Área Metropolitana do Porto de grandes cadeias internacionais de distribuição, venda e edição (cumulativamente). É possível registar, ainda, que, apesar das vendas subirem, as margens de lucro são diminutas.

De acordo com o último estudo sociológico à escala nacional sobre práticas de leitura (Freitas [et al.], 1998), 53% dos inquiridos declarou-se leitor habitual de livros, numa amostra de onde estavam excluídos os portugueses que não sabem ler e escrever. No entanto, apenas 21% afirmou estar a ler no momento da inquirição. Além do mais, “a maioria dos portugueses leitores de livros cai na categoria «pequenos» leitores: são 68% quantos os que afirmaram ter



lido de 1 a 5 livros” (Idem, p. 127). Os autores realçam ainda que, no plano das regiões, “assiste-se aí a uma certa polarização Norte-Sul quanto às respectivas propensões para a prática de leitura, destacando-se o Sul como globalmente algo mais leitor. Este diferencial é explicável, pelo menos em parte, pelo facto estatisticamente comprovado de encontrar-se esta parte do país em média mais escolarizada do que o Norte” (Idem, p. 118).

2.6. Mass Media e Cultura

2.6.1. Radiodifusão: Dos dias da rádio aos novos media

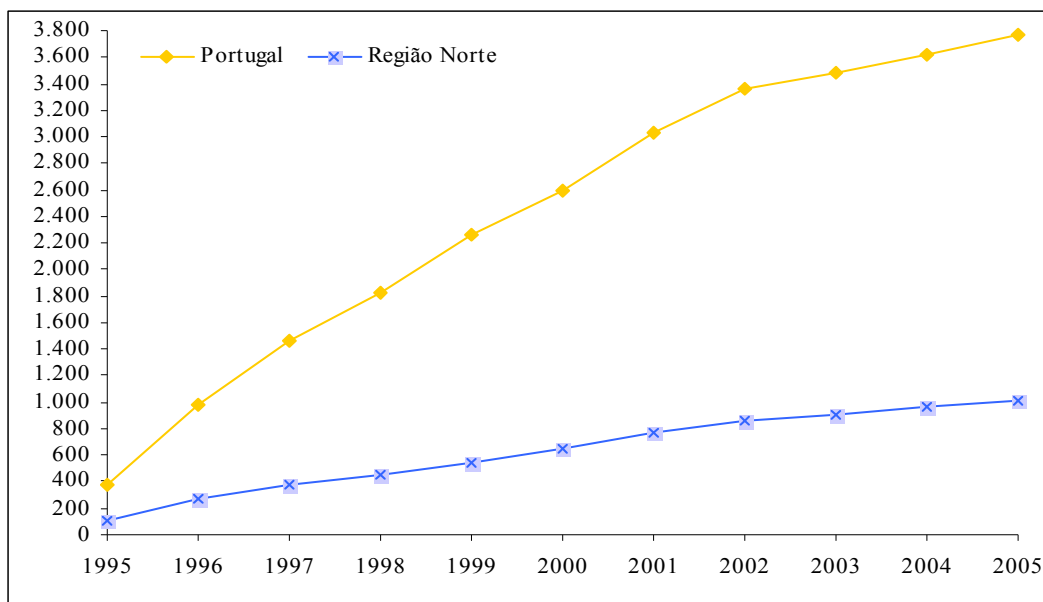
As práticas culturais dos portugueses não diferem, no que às grandes tendências diz respeito, face às dos restantes europeus. No entanto, é relativamente mais acentuada a domesticidade e a dependência face à galáxia audiovisual, ou ao que Olivier Donnat apelidou de economia mediático-publicitária (Donnat, 1994). Não se pense, no entanto, que os modos de relação com estes suportes e equipamentos são estáticos.

Se atentarmos, por exemplo, no número de emissores licenciados de radiodifusão visual por tipo de frequência detectámos, desde logo, a franca ascensão das televisões privadas (a SIC com maior e mais precoce disseminação) tanto em Portugal como na Região Norte. Mais importante, ainda, é a constatação de que, em 2005, na Região Norte, a radiodifusão visual suplanta a sonora. E nesta, a onda média estabiliza e a FM aumenta significativamente.

O indicador todavia mais esclarecedor desta nova geração de audiovisuais prende-se, na nossa opinião, com a enorme ascensão dos lares com televisão por cabo. Trata-se, na verdade, de um modelo potencialmente interactivo, satisfazendo perfis de procura generalistas e especializados (na tensão entre massificação e diferenciação que marca a ampliação dos mercados), amigo do *zapping* e da proliferação de televisões pela casa, numa sedimentação da cultura de apartamento.



Gráfico 8
Número de alojamentos cablados na Região Norte e em Portugal



Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*.

Em suma, elementos que contribuem para a intensificação dos processos de compressão do espaço-tempo (Giddens, 1992) e para a separação entre espaço e lugar (este entendido como cenário de interações face-a-face).

2.7. Incidências no turismo?

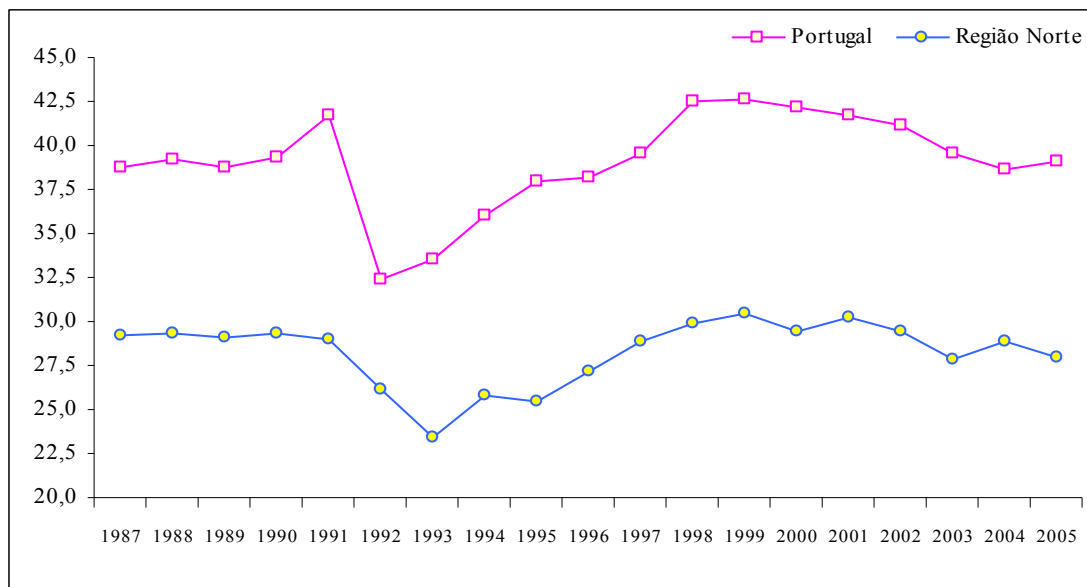
Durante todo século XIX e boa parte do século XX, falar de turismo cultural assemelhava-se a um pleonasmo (Cluzeau, 2000). Mesmo tendo em conta que, actualmente, as temáticas e as motivações se diversificaram, o fenómeno turístico, enquanto lazer, continua a ser fortemente cultural. A própria extensão dos conceitos de cultura e de lazer, abarcando a cultura de massas, as indústrias culturais e certas manifestações da vida quotidiana, contribuem para manter a centralidade do domínio cultural. Claude Cluzeau adianta duas delimitações do turismo cultural: em primeiro lugar, «uma deslocação cuja motivação principal é a de alargar horizontes, de procurar conhecimentos e emoções através da descoberta de um património e do seu território» (Cluzeau, 2000, p. 3). Não esqueçamos, aliás, que a própria noção de património se alargou significativamente, abarcando tanto as dimensões materiais como as imateriais. A evolução do turismo cultural, entretanto, assenta na diversificação das ofertas e dos públicos, através da (re)descoberta permanente de novos focos de interesse, a que não serão alheios os



processos de patrimonialização e a focalização no território, lugar de «circuitos», «sítios» e «manifestações culturais».

Verificámos, nas páginas anteriores, um franco aumento, na Região Norte, dos museus, das galerias e exposições, dos equipamentos culturais, de um modo geral.

Gráfico 9
Taxa de Ocupação Total¹⁰ na Região Norte e em Portugal



Fonte: INE, *Estatísticas do Turismo*.

O gráfico aqui apresentado não nos permite detectar o peso específico da oferta cultural na dinâmica do sector turístico, mas possibilita-nos, pelo menos, uma comparação de tendências. Assim, apesar da franca evolução positiva de muitos indicadores da actividade cultural não há, porventura, efeito assinalável na taxa de ocupação dos equipamentos turísticos, situada quase sempre abaixo dos 30% e sem um «salto» quantitativo no período considerado.

3. Considerações finais e pistas de intervenção

A primeira interpelação que surge da análise de todos estes dados sugere-nos uma semelhança de perfil ou padrão nas orientações de políticas e práticas culturais na Região Norte e no território nacional. Não há, por assim dizer, uma *diferença específica* daquela em relação a este.

¹⁰ Inclui aldeamentos e apartamentos turísticos, motéis, pousadas, estalagens, hotéis, pensões, hotéis-apartamentos.



Em ambas as unidades territoriais é bem visível um aumento das despesas na cultura, bem como um acréscimo, embora oscilante, de públicos, à medida que subimos na década de 90 e entramos no novo século. Os investimentos em equipamentos são igualmente significativos e em crescendo.

No entanto, em algumas NUTS III da Região Norte predomina ainda uma orientação de política cultural *tradicionalista*, pouco diversificada na oferta, distanciada dos apoios à criação independente (particularmente no interior) e voltada para o desporto, o património e a edificação de recintos culturais (como irão ser programados se não existe apoio à criação?). É de referir, ainda assim, que algumas das sub-regiões mais desfavorecidas em termos de indicadores económicos surpreendem num padrão qualitativamente mais diversificado de apoio às fileiras culturais. Essa surpresa é todavia mitigada, tendo em conta o patamar de quase indigência de que partem. De qualquer modo, parece definitivamente ultrapassado o estado do *grau zero do poder local* em Portugal, unicamente centrado em preocupações infraestruturais e materiais.

No que se refere aos públicos dos diferentes tipos de espectáculos, em crescendo, como já foi referido, permitem-nos adiantar uma tendência de *abrandamento da distância* da Região Norte face ao território nacional. Em ambos os casos aumentam as práticas nocturnas, com incidências claras nos modos de relação com a cultura e os estilos de vida, bem como, no caso do cinema, a preferência pelas salas situadas nos centros comerciais. Assim, são os próprios conceitos de cidade e de território que se vão redefinindo pelo olhar da cultura.

Em alguns casos, nomeadamente no que se refere aos visitantes de museus e de galerias, o dinamismo da Região Norte é tão intenso que se justifica mesmo que se fale do assumir de um *protagonismo* no panorama nacional.

Importa, no entanto, deixar para reflexão um conjunto de pistas/propostas de intervenção no cenário existente.

Em relação aos princípios gerais de política cultural:

- a efectiva descentralização de investimentos e de criação de equipamentos que corte a lógica de reprodução das desigualdades e de acumulação das vantagens (*le capital va toujours au capital*), começando pelas escalas territoriais mais baixas (numerosas monografias sobre políticas culturais na Região Norte¹¹ mostram como as assimetrias começam com o privilegiar da freguesia sede de concelho);

- a elaboração de projectos culturais, tantas vezes voluntaristas e desenquadrados, deve começar com um verdadeiro diagnóstico sócio-cultural e acabar com um trabalho sério de avaliação devendo, em ambos os momentos, suscitar-se a participação activa dos destinatários;

¹¹ Elaboradas no âmbito do Seminário de Investigação *Práticas e Políticas Culturais* do 5º ano da licenciatura em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.



- o fontismo cultural, ainda tão vincado, tem de aliar à infraestruturização a preocupação qualitativa com os programas culturais, a excelência técnica dos equipamentos e dos recursos humanos e o seu enraizamento territorial/local/comunitário;

- o apoio à criação cultural, tendo sempre em conta a fraca estruturação dos campos culturais locais, pode assentar em estruturas de residência artística, acolhendo em instalações apetrechadas com os requisitos da produção e experimentação culturais, durante períodos de tempo relativamente longos, criadores individuais e colectivos que, em contra-dádiva, se comprometeriam a desenvolver projectos e intervenções artísticas no espaço público e com envolvimento das populações.

Em relação aos equipamentos culturais:

- a ligação dos equipamentos culturais com o seu exterior deve compreender a estruturação de novos profissionalismos, em particular no que se refere à animação e à mediação cultural, enquanto capacidade de dar resposta às solicitações dos públicos, respeitando a pluralidade de pontos de vista, percepções, gostos e percursos de vida e alargando as «leituras possíveis» dos objectos e sítios culturais;

- o funcionamento em rede deve alastrar das bibliotecas públicas e escolares, dos museus e cineteatros, para todos os equipamentos culturais, passando, crescentemente, da escala regional e distrital à escala das NUTS III ou mesmo concelhia, ao mesmo tempo que promove práticas de internacionalização e circulação global de conteúdos, pessoas e experiências;

- o funcionamento em rede deve, igualmente, ultrapassar o domínio institucional específico para se alargar ao terceiro sector, às universidades, às empresas, aos sindicatos, às escolas e mesmo aos movimentos sociais.

Em relação aos públicos da cultura:

- as estratégias de captação e formação de públicos devem igualmente desempenhar papel central na emergência desses profissionalismos¹²;

- a valorização das migrações enquanto enriquecimento de repertórios culturais;

Em relação à comunicação:

- a utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de modalidades inovadoras de comunicação externa, sem esquecer o seu cariz instrumental face à missão de cada instituição/equipamento, deve ser francamente fomentada.;

Em relação à promoção do turismo:

- «descoberta» de novos temas culturais ou de objectos ainda pouco explorados no mercado turístico (parques e jardins, ciências, vida marítima, etc.);

¹² Em 2003, 52% dos museus a nível nacional não possuía ainda departamentos educativos (Santos e Neves, 2005, p. 13).



- desenvolvimento de sistemas integrados de bilhética, favorecendo os circuitos culturais e a cumulatividade dos consumos, a par da proliferação de guichets e distribuidores electrónicos, bem como de sistemas seguros de aquisição on-line;
- associação da festa e dos modos de festejar aos sítios culturais e patrimoniais, através, nomeadamente, das «artes de rua» e da «arte pública»;
- comunicação horizontal e vertical entre os departamentos culturais e turísticos dos organismos descentrados da administração pública e das autarquias.

Finalmente, importa que as *imagens de cidade* ou as *imagens territoriais* associem as estruturas culturais e simbólicas aos processos de desenvolvimento, caso contrário serão meros invólucros, retóricas de *marketing* ou efeitos especiais... Uma boa forma de motivar para este desiderato consiste, desde logo, na visualização e compreensão da íntima ligação existente entre os sectores criativos, a fixação e atracção de população, a consolidação de identidades, o combate a velhas e novas formas de exclusão social, a disseminação de práticas inovadoras, a criação sustentada de emprego e a qualificação dos tecidos empresariais e dos próprios recursos humanos.

Culturalizar os territórios da Região Norte é um objectivo que, assentando no local e no regional, projecta para o global.



ANEXOS

Quadro A Despesas municipais com a cultura *per capita*, de 1992 a 2004 (euros) a)

Unidade Territorial	Rubricas	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Portugal	Total	17,1	21,7	45,1	24,2	29,4	37,6	39,1	50,9	54,8	65,3	73,9	74,4	75,8
	Jogos e Desportos	7,9	9,5	18,4	9,8	12,5	15,8	17,3	21,2	21,5	26,3	34,8	35,8	31,8
	Património Cultural	1,7	2,4	5,6	3,0	3,2	4,7	4,7	5,6	6,8	7,4	6,6	6,6	8,3
	Recintos Culturais	1,4	2,2	3,4	1,9	2,3	3,2	2,9	4,3	5,6	6,5	7,8	7,1	8,9
Região Norte	Total	16,5	19,0	18,0	24,3	28,6	37,3	36,3	53,6	51,9	63,9	76,8	74,8	68,5
	Jogos e Desportos	8,1	8,7	8,2	11,7	14,3	17,9	17,6	24,2	23,0	29,3	39,0	43,1	30,4
	Património Cultural	1,7	2,1	2,0	2,6	2,7	5,0	3,6	5,5	6,1	5,7	5,9	5,5	5,6
	Recintos Culturais	0,9	1,7	1,2	1,9	2,1	2,5	3,0	5,5	5,3	5,7	8,0	6,9	8,1
Alto Trás-os-Montes	Total	19,0	21,1	15,2	18,6	29,8	31,3	47,2	60,8	61,1	71,2	87,2	126,2	117,5
	Jogos e Desportos	3,4	10,5	6,7	7,3	15,1	16,0	24,0	25,8	24,0	29,0	32,2	41,7	35,5
	Recintos Culturais	3,4	0,9	0,4	1,7	0,8	0,5	1,3	5,1	6,5	7,3	15,8	40,5	33,6
	Actividades Sócio culturais	1,4	1,8	2,5	1,7	1,9	2,8	3,8	7,4	6,3	10,9	8,9	7,5	8,3
Ave	Total	13,9	17,5	11,3	12,2	16,2	25,9	27,4	28,4	34,6	68,9	105,1	67,0	60,7
	Jogos e Desportos	6,0	7,9	4,7	5,3	6,1	10,6	12,3	9,4	13,5	40,7	61,6	44,3	26,7
	Património Cultural	1,0	0,9	0,5	1,0	3,2	4,7	3,4	4,0	3,9	6,7	6,3	7,0	6,1
	Recintos Culturais	0,1	1,9	0,1	0,9	1,3	1,8	1,3	1,0	2,3	7,0	7,3	2,6	15,9
Cávado	Total	23,8	26,2	26,2	39,1	34,5	41,7	37,7	58,9	61,6	59,6	132,9	175,1	82,9
	Jogos e Desportos	10,3	11,7	12,8	16,3	16,8	17,4	14,0	18,9	21,7	14,2	88,1	158,9	65,9
	Património Cultural	3,5	4,4	3,0	9,2	7,3	11,4	10,3	16,4	15,7	17,1	20,0	3,0	2,1
	Recintos Culturais	1,3	2,9	2,2	3,7	1,9	2,0	3,7	7,5	9,5	7,1	9,2	3,5	3,9
Douro	Total	21,9	21,7	21,3	26,5	37,8	54,4	52,3	60,9	51,9	71,3	94,5	96,2	114,4
	Jogos e Desportos	13,2	12,9	11,3	16,4	22,3	24,4	22,7	26,6	16,7	22,1	24,7	28,5	31,1
	Recintos Culturais	2,0	0,9	2,8	1,4	2,9	9,5	11,4	4,0	3,1	16,4	37,5	34,0	39,3
	Actividades Sócio culturais	0,9	3,2	2,3	3,0	4,2	4,8	5,1	7,8	6,8	1,2	7,1	10,6	12,6

Continua



Quadro A

Despesas municipais com a cultura *per capita*, de 1992 a 2004 (euros) a)

Unidade Territorial	Rubricas	Continuação												
		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Entre Douro e Vouga	Total	9,6	9,7	6,6	11,2	20,4	21,0	27,4	23,0	29,3	34,0	46,6	41,9	54,3
	Jogos e Desportos	4,9	5,1	2,5	6,4	12,5	11,0	11,0	10,3	9,8	16,0	15,3	16,9	19,8
	Publicações e Literatura	1,9	1,2	1,3	2,3	3,9	4,8	5,7	5,2	4,2	3,8	5,6	5,9	6,8
	Actividades Sócio culturais	0,8	0,7	0,7	0,4	0,8	1,3	4,7	1,7	6,1	1,9	11,3	3,8	2,9
Grande Porto	Total	13,7	15,8	17,6	26,4	31,9	41,2	38,0	76,0	64,9	74,9	62,1	55,4	60,8
	Jogos e Desportos	6,7	5,9	8,0	12,9	15,6	20,3	20,9	36,3	33,1	35,9	28,0	24,7	20,3
	Publicações e Literatura	1,7	1,4	1,8	1,9	3,7	4,2	3,3	4,0	3,1	2,4	2,7	4,9	15,0
	Actividades Sócio culturais	0,9	1,0	1,2	1,5	2,2	4,1	2,9	8,1	4,0	4,1	3,6	7,6	7,0
Minho-Lima	Total	29,8	34,6	38,3	48,6	40,9	58,4	43,3	57,2	54,2	60,8	70,6	63,3	65,4
	Jogos e Desportos	12,9	12,6	14,1	20,2	15,9	23,4	15,8	23,4	17,7	21,5	33,9	25,5	25,9
	Património Cultural	6,1	5,5	7,7	4,8	6,7	11,4	5,8	8,1	11,4	8,5	6,9	9,6	9,9
	Actividades Sócio culturais	3,7	4,7	5,8	7,4	4,1	4,3	6,2	7,7	8,8	12,6	8,4	8,1	7,9
Tâmega	Total	13,5	17,3	15,1	16,6	21,9	29,1	29,4	29,7	37,7	47,7	51,1	47,2	54,3
	Jogos e Desportos	8,1	10,8	7,8	10,3	13,6	18,3	17,0	19,8	20,8	27,4	30,9	27,9	36,3
	Actividades Sócio culturais	1,1	1,5	2,1	2,1	1,9	2,8	3,4	2,3	2,5	4,5	4,4	4,0	5,3
	Publicações e Literatura	0,9	0,8	1,0	1,1	1,5	1,7	2,5	1,7	6,3	3,8	3,8	3,9	3,1

Nota: a) Além do total de despesas municipais com a cultura *per capita*, foi acrescentado, para cada unidade territorial, as três actividades culturais que mais investimento retiveram. A selecção foi baseada em processos de comparação directa ao longo da série.

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região Norte*.



Bibliografia

BAPTISTA, Luís Vicente (2005) – Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território). Ensaando um ponto de partida. *Fórum Sociológico*, n.ºs 13/14. p. 47-58.

BOURDIEU, Pierre (1980) – Quelques propriétés des champs. *Questions de Sociologie*. Paris: Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre Bourdieu; DARBEL, Alain (1969) – *L'Amour de l'Art* (com a colaboração de Dominique Schnapper). Paris: Éditions de Minuit.

CABRAL, Luís (1999) – *As Bibliotecas Públicas Portuguesas – Problemas e Propostas de Desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento.

CAUQUELIN, Anne (1997) – *La Ville et la Nuit*. Paris: Presses Universitaires de France.

CLUZEAU, Claude Origet (2000) – *Le Tourisme Culturel*. Paris: Presses Universitaires de France.

COSTA, António Firmino da (2004) – Dos públicos da cultura aos modos de relação com a cultura: algumas questões teóricas e metodológicas para uma agenda de investigação. *Públicos da Cultura*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. p. 121-140.

DOMINGUES, Álvaro (2006) – *Cidade e Democracia – 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum.

DONNAT, Olivier (1994) – *Les Français Face à la Culture*. Paris: La Découverte.

FERNANDES, António Teixeira, coord. (2001) - *Estudantes do Ensino Superior no Porto. Representações e Práticas Culturais*. Porto: Edições Afrontamento.

FORTUNA, Carlos; SILVA, Augusto Santos, orgs. (2002) – *Projecto e Circunstância – Culturas Urbanas em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

FREITAS, Eduardo de [et al.] (1998) – *Hábitos de Leitura. Um Inquérito à População Portuguesa*. Lisboa: D. Quixote.

GIDDENS, Anthony (1992) – *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

LOPES, João Teixeira (2001) – *A Cidade e a Cultura*. Porto: Edições Afrontamento.

LOPES, João Teixeira (2003) – *Escola, Território e Políticas Culturais*. Porto: Campo das Letras.

LOPES, João Teixeira; ANTUNES, Lina (1999) – *Bibliotecas e Hábitos de Leitura: balanço de quatro pesquisas*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais/Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.



LOPES, João Teixeira; ANTUNES, Lina (2000) – *Bibliotecas e Hábitos de Leitura: instituições e agentes*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais/Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

LOPES, João Teixeira; ANTUNES, Lina (2001) – *Novos Hábitos de Leitura: Análise comparativa de estudos e caso*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais/Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

PAIS, José Machado [et al.] (1994) – *Práticas Culturais dos Lisboaetas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

PAIS, José Machado, coord. (1999) – *Traços e Riscos de Vida*. Porto: Âmbar.

RODRIGUES, Eloy (1998) – *Estudo da Rede de Bibliotecas Escolares do Porto*. Porto: Afrontamento/Câmara Municipal do Porto.

SANTOS, Maria de Lourdes; NEVES, José Soares, coords. (2000) – *Inquérito aos Museus em Portugal*. Lisboa: Ministério da Cultura/Instituto Português dos Museus.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos; NEVES, José Soares, coords. (2005) – *O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais/Instituto Português de Museus.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos; MELO, Alexandre, coords (2001) – *Galerias de Arte em Lisboa*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, org. (2004) – *Públicos da Cultura*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

SEMEDO, Alice; LOPES, João Teixeira, coords (2006) – *Museus: Discursos e Representações*. Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Augusto Santos (1996) – Identidades sociais: continuidade e mudança. *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. p. 31-36.

SILVA, Augusto Santos (2005) – Como financia o Estado as actividades culturais?. *OBS*, n.º 14. p. 75-93.

SILVA, Augusto Santos; SANTOS, Helena (1995) – *Prática e Representação das Culturas*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.

VILAÇA, Helena (2006) – *Da Torre de Babel às Terras Prometidas: Pluralismo Religioso em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.